

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DISCURSOS DE LÍDERES POLÍTICOS NA WEB

Nadilson Ribeiro de Siqueira¹
Universidade do Estado da Bahia

Natanael Reis Bomfim²
Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

Este artigo teórico/exploratório, originado de uma pesquisa doutoral, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculado à Rede Latinoamericana de Pesquisa em Educação do Campo, da Cidade & Movimentos Sociais (RedePECC&MS), teve por objetivo analisar, no pensamento social, como o discurso de líderes políticos brasileiros influentes estimulam o *ódio de classes* e o *ódio político*. O recorte temporal foi de janeiro de 2013 a outubro de 2020, período de difusão do marketing político digital por meio de plataformas como *Facebook* e *Twitter*. O *corpus* de análise foi constituído por 11 fragmentos discursivos de líderes de militância intensa, reconhecidos por sua trajetória em defesa dos direitos sociais, referências como representantes do *pensamento progressista*, influenciadores dos Movimentos Sociais e com grande visibilidade nos meios de comunicação. O resultado revelou como estímulos e aspectos semióticos sobre o *ódio de classes* se apresentavam de forma significativa nas falas do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ecoavam por diversos líderes e influenciadores, incorporando-se aos processos de educação informal.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Educação Popular; Análise Crítica do Discurso; Web.

SOCIAL MOVEMENTS AND POPULAR EDUCATION: A CRITICAL ANALYSIS OF THE SPEECH OF POLITICAL LEADERS ON THE WEB

ABSTRACT

This theoretical/exploratory article, originated from a doctoral research, funded by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), linked to the Latin American Research Network in Rural, City & Social Movements (RedePECC&MS), aimed to analyze, in social thought, how the discourse of influential Brazilian political leaders stimulates “class hatred” and “political hatred”. The time frame was from January 2013 to October 2020, period of diffusion of digital political marketing through platforms such as Facebook and Twitter. The corpus of analysis consisted of 11 discursive fragments of leaders of intense militancy, recognized for their trajectory in defense of social rights, references as representatives of “progressive thinking”, influencers of Social Movements and with great visibility in the media. The result revealed how stimuli and semiotic aspects of “class hatred” were significantly present

¹ Doutor em Educação e Contemporaneidade (UNEB) e Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Representações, Educação e Sustentabilidade (GIPRES). E-mail: nadilsonprofessor@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2257-194X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1483074231799930>

² Pós-doutor em Educação e Turismo pela Universidade de Paris 1. PhD em Educação pela Universidade do Quebec em Montreal. Professor permanente da Universidade do Estado da Bahia. Líder do Grupo Interdisciplinar em Representações, Educação e Sustentabilidade. E-mail: nabom_reis@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5122-9820> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1858046612605086>

in the speeches of the then President of the Republic, Luiz Inácio Lula da Silva, and echoed by several leaders and influencers, incorporating themselves into informal education processes.

Keywords: Social Movements; Popular Education; Critical Discourse Analysis; Web.

MOVIMIENTOS SOCIALES Y EDUCACIÓN POPULAR: UN ANÁLISIS CRÍTICO DEL DISCURSO DE LÍDERES POLÍTICOS EN LA WEB

RESUMEN

Este artículo teórico/exploratorio, originado a partir de una investigación de doctorado, financiada por la Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES), vinculada a la Red Latinoamericana de Investigación en Movimientos Rurales, Ciudades y Sociales (RedePECC&MS), tuvo como objetivo analizar, en pensamiento social, cómo el discurso de influyentes líderes políticos brasileños estimula el “odio de clase” y el “odio político”. El marco temporal fue de enero de 2013 a octubre de 2020, período de difusión del marketing político digital a través de plataformas como Facebook y Twitter. El corpus de análisis estuvo compuesto por 11 fragmentos discursivos de líderes de intensa militancia, reconocidos por su trayectoria en defensa de los derechos sociales, referentes como representantes del “pensamiento progresista”, influenciadores de Movimientos Sociales y con gran visibilidad en los medios. El resultado reveló cómo estímulos y aspectos semióticos del “odio de clases” estuvieron significativamente presentes en los discursos del entonces Presidente de la República, Luiz Inácio Lula da Silva, y se hicieron eco de varios líderes e influenciadores, incorporándose a los procesos de educación informal.

Palabras llave: Movimientos Sociales; Educación Popular; Análisis crítico del discurso; Web.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os Movimentos Sociais (MSs) e a Educação Popular (EP) são indissociáveis quando se trata de lutas contra as desigualdades sociais que emergem de contextos capitalistas. Assim, a EP é capaz de valorizar os saberes prévios do povo, e como prática cultural, uma forma diferenciada de aplicar e buscar esses saberes dentro de parâmetros pedagógicos.

Por essas ideias, os MSs, como espaços de poder/saber, estruturam-se e se organizam como grupos populares fundidos a partir de determinada situação social; são manifestos de insatisfação social, da geração de pertencimento, finalidades e mobilizações (Viana, 2016). Nesses MSs, a busca por uma pedagogia própria pode se revelar como uma necessidade, o desejo por um gatilho que irá desencadear uma nova visão de mundo, uma condição *sine qua non* à passagem de uma *consciência ingênua* para um estágio reflexivo ou *consciência transitiva*, conforme classificada por Freire (1980). Logo, a articulação entre MSs e EP está fundada na ação coletiva de setores da sociedade ou organizações sociais para defesa das relações de classes e promoção de interesses comuns. Esse avizinhamiento, MSs e EP, é desejável, pois, como apontado por

Moscovici (2010), há a necessidade de redução das *distâncias* ou minimização das diferenças para uma construção que resulte em uma mesma visão da realidade.

Esse processo incorpora o discurso político, que é conceituado como um gênero discursivo e que comporta vários subgêneros: de direita, de esquerda, democrático, extremista, entre outros (Charaudeau, 2015). Ele apresenta recursos que possibilitam o poder de influência, sejam eles políticos, informacionais, simbólicos etc., e implica uma assimetria de forças nos polos da comunicação. Sobre isso, a jornalista Rosana Pinheiro Machado, do site *The Intercept*³, afirmou que o descontentamento e desconfiança popular nos leva a pensar o discurso político pela intencionalidade voltada, de algum modo, àquele que pode sustentar sua representatividade [lideranças] por influência sobre os demais [liderados].

Dessa maneira, elementos da linguagem podem ser trabalhados pelo *marketing* político digital, no sentido de criar incertezas ou imprecisões relativas a uma dada informação [falácias, *fakenews*, figuras de linguagem etc.], que favoreçam interesses ocultos e/ou comprometam a criticidade dos sujeitos. Segundo Galego (2022), esse tipo de desinformação, como canal para expressão de ódio, ampliou-se muito desde 2016, nos Estados Unidos, França e Brasil e fortaleceu a popularidade de figuras como Donald Trump, Jair Bolsonaro, entre outros. Nesse aspecto, a jornalista Theresa Porosa (2018), afirma que a *internet* tem se tornado um ambiente acolhedor para a desinformação. Dois fatores levantados por ela nos interessam: a alta polarização política e o comprometimento de um debate racional, que afeta o apreço pelo consenso.

As manifestações de intolerância, que desembocaram no *ódio de classe* e político, não são um fenômeno social recente no país, já que despontaram com mais evidência na mídia um pouco antes das eleições de 2014, e vêm crescendo, como relata Frederico de Almeida (2015), do Jornal Justificando, e repostado no GGN⁴: “[...] militantes sendo agredidos por usarem camisetas vermelhas. Páginas em redes sociais defendendo a

³ O jornal *The Intercept* é uma organização de mídia independente fundada em 2014, conhecida por seu jornalismo investigativo e comprometimento com a transparência e a prestação de contas. Com sede nos Estados Unidos e com equipes em diferentes países, incluindo o Brasil, o *The Intercept* pode ser acessado pelo link: <https://theintercept.com/>.

⁴ O jornal GGN é um veículo de comunicação *online* brasileiro, criado em 2014, que se destaca por um jornalismo independente e análises críticas sobre diversos assuntos, incluindo política, economia e sociedade, com sítio na *web* pelo endereço: <https://jornalggn.com.br/>.

morte de Dilma e Lula”. O jornalista aponta para a bipolaridade das manifestações, dizendo: “[...] o presidente da CUT, falando em pegar em armas para defender o governo, e uma militante petista, furando um boneco inflável em plena manifestação contra o governo, só ajudam a colocar lenha na fogueira”.

É fato que, se por um lado, apesar de os governos do Partido dos Trabalhadores, PT, promoveram, no plano federal, políticas de inclusão significativas, cujos efeitos foram visíveis em prazo curto, por outro, perdeu a oportunidade em avançar no enfrentamento das desigualdades sociais. O PT, logo no início do governo de esquerda, recuou em compromissos políticos imediatos para atender às bancadas evangélica e ruralista. Até mesmo à população, em relação ao justificado medo da violência, replicou o velho discurso punitivista da direita política (Almeida, 2015). Por outro lado, boa parte de suas estratégias para retomada do apoio popular, aparentemente, apoia-se no seccionamento social

Portanto, a proposta deste artigo é convidar os/as leitores/as para refletir sobre o estímulo ao discurso de *ódio de classe* e *ódio político*, a partir da elaboração calculada de estímulos odiosos que se originam em líderes políticos brasileiros de esquerda. Para tal, além da introdução, no primeiro momento, apresentou-se o nosso pensamento teórico; no segundo momento, discutiu-se o enlace teórico entre o pensamento social e a Análise Crítica do Discurso; no terceiro momento, colocou-se em relevo a trilha metodológica para a análise crítica do discurso político; no quarto momento, realizou-se a análise e discussão dos resultados, e, por fim, algumas considerações foram apresentadas sobre as possibilidades de influência no pensamento e ações de grupos sociais, a partir dos discursos de líderes políticos.

TEIA DE INFLUÊNCIAS, CONFLITOS E IDEOLOGIAS EM CONTEXTOS

Este estudo buscou a superação de uma lacuna entre as pesquisas teóricas que se inserem no campo interdisciplinar da Educação, Comunicação e Psicologia Social. A figura 1 apresenta o modelo que teoriza sobre a linguagem e as práticas sociais contextualizadas.

Figura 1 – Teia das relações de influência em contextos



Fonte: Elaboração dos autores (2021).

No contexto do ambiente social é possível pensar que emissores e receptores de discursos são capazes de formatar um pensamento social, no qual grupos sociais recebem as influências que emanam de discursos políticos. Pode-se inferir que os planos compreendem as lógicas de carências e política, contidas em um ambiente amplo, que estruturam os MSs, acolhem e modulam os discursos que irão integrar as ações em EP, planejadas ou informais. Então, na lógica política, supõe-se que as relações de influências do partidarismo político nos MSs podem subverter a proposta de uma educação para a liberdade, tornando secundária a luta por direitos sociais e a emancipação dos sujeitos, em benefício de um projeto de poder. Em síntese, no ambiente social e em uma realidade de carências, a lógica política assemelha-se a uma teia⁵ com infinitos nós, onde o partidarismo estaria no centro emissor [líderes] e os integrantes dos MSs [eleitores], na periferia receptora.

Diante do exposto, é possível que exista incompatibilidade entre o que se manifesta nos discursos de lideranças [políticos, intelectuais, militantes etc.], e o que se espera como contribuições para uma educação do povo como prática emancipatória.

⁵ A expressão *teia* aqui empregada não possui qualquer perspectiva teórico-conceitual. Dela, toma-se emprestado apenas o seu caráter semiótico, como forma de melhor representar o sentido e significado que se busca empregar.

Para este fim, urge analisar os discursos de lideranças políticas que tratam da elaboração e propagação de sentidos para o ódio entre classes sociais e o ódio político, para militantes e simpatizantes, como estímulo a um sectarismo conflituoso. Logo, duas questões guiaram este estudo: de que forma os líderes políticos brasileiros estimulam o *ódio de classes* e/ou o *ódio político*, no pensamento social? E, em que medida as representações e semioses produzidas por líderes de partidos políticos e militantes progressistas e outros ecoam nos MSs?

Considerando as recomendações de Larocca, Rosso e de Souza (2005), o objetivo foi de analisar, no pensamento social, como o discurso de líderes políticos brasileiros influentes estimulam o *ódio de classes* e o *ódio político*. Além disso, procurou-se demonstrar a capilaridade do prestígio que possuem os líderes de partidos políticos progressistas e lideranças nos MSs. No campo teórico-metodológico, buscou-se articular as ideias sobre pensamento social com os pressupostos da Análise Crítica do Discurso, ACD, elaborados por Fairclough (2012).

ENLACE TEÓRICO: PENSAMENTO SOCIAL E ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A interdisciplinaridade adotada nesta investigação nos conduz para além das organizações partidárias, “[...] mas que não as descarta, e que, para bem ou para mal, é essencial na constituição da vida social e do desenvolvimento das formas e processos de ação política, de caráter individual e coletivo” (Montero, 2015, p. 55). Por esse aspecto, na relação entre Educação, Comunicação Social e Psicologia Social, pontos comuns podem contribuir para a identificação e compreensão de elementos presentes na comunicação, e que são ideologicamente posicionados para interferir no universo semiótico de sujeitos ou grupos sociais.

Nessa relação, aparece o conceito de *sujeito*, carregado de uma polissemia de significados que, segundo Silveira e Stralen (2017, p. 940), “[...] ora se manifesta como indivíduo autônomo, vivenciando interações e trocas, ora como instância que tem atributos, qualidades e determinantes”. Neste estudo, o termo está associado ao latim *subjectus*; significa dizer *ele posto debaixo*, reduzido à sujeição, portanto, o ser humano submetido ao social e à linguagem, articulado ao proposto por Fleury (2009) como

construção histórica, produzida pela tensão entre busca de autonomia e a sujeição ao social inerradicável.

Quando associada à ação comunicativa, Habermas (2003) resgata a identidade do sujeito, constituída de intersubjetividade, na linguagem dialética da comunicação no mundo objetivo. Em outras palavras, é na pluralidade de ideias, por diferentes linguagens e opiniões, nos diversos espaços institucionais do estado de direito, com participação democrática, individual ou coletiva, que o homem político, da demanda, automotivado, crítico, transforma-se no sujeito político.

Então, na construção social do sujeito e na política como *práxis* humana, emerge o conceito de sujeito político. Definido, ainda, por Silveira e Stralen (2017, p. 939), como “singular e ativo, na busca por transformação e justiça social, em contextos de conflitos e de lutas por reconhecimento de diferenças e desigualdades”. Este conceito e definição de sujeito político remete à possibilidade do mesmo, integrante de um MS, fazer importantes escolhas e negociações, quando à frente de ideologias que estruturam e mantem a identidade do grupo.

O pensamento social se estabelece através de processos comunicacionais do cotidiano, resultando de fatores sociais que interferem nas construções cognitivas dos sujeitos. Pelo aporte da comunicação social, entende-se que esta interação não segue uma lógica formal, mas regras próprias do ambiente social que podem ser identificadas e estudadas cientificamente. Rouquette (1996) acrescenta que as comunicações sociais revelam estruturas sociais. Dessa forma, inspirando-se nas ideias de Moscovici (1961), é possível percorrer caminhos investigativos que levem à compreensão dos processos de formação dos elementos constitutivos do pensamento social, seja a nível individual, quando a comunicação influencia as opiniões e atitudes dos sujeitos, seja grupal, na formação de representações sociais ou propagação de ideologias.

Nessa abordagem, desde a década de 70, alguns pesquisadores procuraram estabelecer conexões entre a sociedade e a linguagem, na busca por entender como as escolhas lexicais e sintáticas servem às construções ideológicas e à estruturação das relações de poder. Estas preocupações lançaram fundamentos para a Linguagem Crítica, e instigaram diversos linguistas (Van Dijk, 1999; Fairclough, 2003; 2012), entre

outros, a construírem métodos de análise de discursos, para estudos que evidenciem a importância da linguagem nos arranjos sociais.

Tomamos o entendimento de Fairclough (2003, p. 207), para quem os “[...] discursos incluem representações de como as coisas são e têm sido, assim como representações imaginárias – representações de como as coisas podem ou devem ser”. Ele ainda afirma que vários gêneros discursivos se organizam de forma própria e diferenciada num agrupamento social. Essa organização é entendida como ordem de discurso, faz parte da ordenação social, da diferença semiótica, que se insere nas relações e nos vários modos de construir sentido, provocando tensionamentos de dominação, marginalidade, subversão e alternância.

Pela ACD proposta por este teórico, busca-se de que modo os gêneros, discursos e estilos se articulam na produção de determinada ordem social. Fairclough (2012) explicita essa interação por meio da interdiscursividade, ou seja, a partir de textos da Formação Discursiva, entendida como o agrupamento de regras históricas e anônimas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. Em sua ACD, o autor apresenta alguns pressupostos analisados a seguir.

Contextualização do ambiente político: Fairclough (2012) advoga por uma ACD engajada, que parta da contextualização do ambiente político, capaz de lançar luz sobre as formas pelas quais o discurso político pode ser transformado para promover uma sociedade mais justa e equitativa. Há uma *ênfase na mudança social*, pois propõe que a análise do discurso não deva se limitar à compreensão das estruturas linguísticas e das práticas sociais existentes, mas também deve buscar identificar e contribuir para a mudança social.

Fairclough (2012) reconhece a natureza inerentemente política do discurso, identificando o domínio das relações de poder. Ele destaca que as práticas discursivas estão intrinsecamente ligadas às relações de poder na sociedade. Assim, a ACD pode auxiliar a desvelar como o discurso político partidário não apenas reflete, mas também constitui e reproduz relações de poder, influenciando ativamente o pensamento social.

As relações de significado da linguagem: o texto é um registro social que possibilita, a partir de análises, identificar problemas sociais, desejos que permeiam estes problemas e, além disso, material para reflexão crítica-política-social. Para conduzir uma análise, Fairclough (2003) propõe um estudo da linguagem em que os textos devam apresentar modos discursivos de ação [gênero discursivo], construção/representação [discursos] e identificação [estilos] na produção de significados.

Por fim, Fairclough (2012) considera os aspectos semióticos dos textos: a semiose atua de três maneiras: a primeira como parte da vida social inserida em uma prática, como, por exemplo, a maneira com que um vendedor ambulante faz uso da língua, diferentemente da forma que um professor, um arquiteto, e assim por diante; a segunda, como interferência nas representações, provocando alterações em representações reflexivas e em representações sociais, recontextualizando-as, o que conduz à novas práticas e/ou ressignifica outras; por último, contribui para o desempenho de determinadas posições e reafirma a ideia de que cada sujeito se constitui por caminhos próprios.

Por essas diretrizes, a ACD, proposta por Norman Fairclough, constitui uma abordagem robusta e abrangente para desvelar os processos de influência no pensamento social, particularmente quando aplicada ao discurso político partidário. A metodologia de Fairclough fornece uma estrutura sólida para examinar as complexas interações entre linguagem, poder e sociedade, e pode auxiliar na compreensão das relações de dominação e condução do imaginário popular.

TRILHA METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO POLÍTICO

O estudo do tipo teórico/exploratório perseguiu em toda a produção: clareza, pertinência e consecução dos objetivos; qualidade da redação e organização do texto; originalidade do trabalho e relevância do tema; qualidade da revisão de literatura; consistência teórica do trabalho; conclusões: fundamento, coerência e alcance; contribuição do trabalho para o conhecimento do tema de interesse e contribuição teórica imediata ou potencial (Soares, Pícolle, Casagrande, 2018; Gil, 1996).

Para coleta dos discursos, optou-se por utilizar o espaço virtual *web*, ambiente com poderosas ferramentas capazes de ditar práticas, pensamentos e impactar sobre os costumes e a cultura, alimentado e compartilhado incessantemente por milhões de usuários que potencializam processos de influência social. Esse espaço passou a ser explorado por grupos heterogêneos, exercido por famosos e anônimos, muitas vezes alçados à influenciadores digitais, marquetólogos ou celebridades. O recorte optou pelas redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, que acolheram, no período de 2013 a 2020, uma variedade de gêneros discursivos: político público, entrevistas, *lives*, *tweets*, palestras e postagens de intensa polarização política. Esse intervalo de tempo compreende aos registros que veicularam os discursos articulados com a manipulação e o abuso do poder de influência política.

O *corpus* de análise foi constituído por 11 discursos, sendo o do ex-presidente Luiz Inácio da Silva [Lula] tomado como Discurso Central [DC], e a interdiscursividade nas manifestações de Benedita da Silva, Mauro Luiz Iasi, Vagner Freitas, João Pedro Stédile, Guilherme Boulos. Neste processo, a frequência do estímulo, a autoridade da figura do emissor e o aval que este recebe de pessoas e/ou grupos são características que os legitimam como influenciadores sociais [Quadro 1].

Quadro 1 - Identificação dos sujeitos, campos e gêneros do discurso

Líder	Campos dos Sujeitos	Gênero do Discurso	Data
Marilena Chauí	Intelectual	Palestra	Maio de 2013
Luiz Inácio Lula da Silva	Político (PT)	Discurso Público	Fevereiro de 2015
Vagner Freitas	Sindicalista (CUT)	Entrevista	Agosto de 2015
Mauro Luiz Iasi	Político/Intelectual (PCB)	Palestra	Outubro de 2015
Benedita da Silva	Político (PT)	Discurso Público	Maio de 2017
Luiz Inácio Lula da Silva (DC)	Político (PT)	Discurso Público	Outubro 2017
João Pedro Stédile	Liderança do MST (PT)	Live no Youtube	Março 2018

Guilherme Boulos	Liderança do MTST (PSOL)	Postagem no Twitter	Abril de 2020
Hélio Schwartzman	Jornalista	Matéria jornalística	Julho de 2020
Paulo Betti	Artista	Live no Youtube	Outubro de 2020
Ruy Castro	Jornalista	Matéria jornalística	Janeiro de 2021

Fonte: Elaboração dos autores (2021).

A análise foi conduzida em duas etapas. Na primeira, como o discurso dos líderes políticos brasileiros estimulam, pelo poder de influência, o *ódio de classes* e/ou o *ódio político*. Para tal, apropriou-se da fala do ex-presidente Luiz Inácio da Silva [Lula], buscando, na formação do pensamento social, possíveis estímulos intencionais que foram capazes de se espalhar nos grupos sociais e gerar novas representações acerca do fenômeno em tela. Na segunda parte, para demonstrar a capilaridade de influência desse líder e de outros militantes nos MSs, buscou-se a interdiscursividade, indo além do discurso de Lula, com o de Benedita da Silva, Marilena Chauí, Mauro Luiz Iasi, Paulo Betti, Vagner Freitas, João Pedro Stédile, Guilherme Boulos. Desse modo, optou-se pela relação dos significados da linguagem [acional e representacional] e os aspectos semióticos: rede de práticas [ordem social] no qual ele está inserido; o discurso [a semiose em si] como *corpus* de análise e as relações de semiose com outros elementos dentro dessas práticas.

4.1 Definição e tratamento do *corpus* de análise

Para a análise do DC, onze fragmentos foram considerados, juntamente com os Discursos Secundários (DSs), inspirados nos pressupostos de Fairclough (2012) sobre ACD: a contextualização do ambiente político, a relação dos significados da linguagem [acional e representacional] e os aspectos semióticos. Inicialmente, apresentamos, em linhas gerais, o contexto panorâmico que sustentam as produções discursivas.

4.1.1 Contexto de disputas ideológicas e poder: o ambiente do discurso central

O discurso do Presidente Lula, do dia 10 de outubro de 2017, no *Seminário de Educação Pública: desenvolvimento e soberania nacional*, tomado como centro da teia e

considerado como DC, ocorreu em Brasília, Distrito Federal, ano em que o PT se encontrava abalado por uma série de denúncias de corrupção investigadas pela *Operação Lava-Jato*. Neste Seminário estavam presentes vários grupos políticos que compõem a esquerda no Brasil, vinculados aos diversos segmentos sociais, como sindicatos, federações de trabalhadores, MSs, representados pela Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT (CAED/PT), União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UBES), Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), União Nacional dos Estudantes (UNE), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) e Fundação Perseu Abramo .

Em 31 de agosto de 2016 aconteceu o *impetcheman* de Dilma Rousseff e o vice-presidente, Michel Temer, transforma-se, automaticamente, no principal adversário político do PT. Com o encarceramento de Lula por denúncias de corrupção ativa e lavagem de dinheiro, consequências imprevisíveis para o futuro do PT e seus aliados se apresentaram: a possibilidade da perda de controle do Governo Federal poderia abalar uma série de políticas públicas que representavam avanços sociais, como o ProUni, Luz para Todos, o Programa Minha Casa Minha Vida, Mais Médico, SISU, entre outros, além de lançar o maior partido de esquerda brasileiro em um futuro incerto.

Neste ambiente de perda de credibilidade popular e de apoio político, o PT elaborou uma agenda que chamou de *luta contra o golpe*, visando às eleições de 2018. Assim, a militância passou a ser convocada à luta contra os *golpistas*, e houve uma retomada de um discurso contra alguns inimigos abstratos que ficaram esquecidos nos primeiros anos dos governos Lula: *a elite*, *a classe burguesa* ou *setores dos meios de comunicação*. Este clima levou o PT a criar e difundir narrativas que reforçassem a ideia de golpe de estado, iniciado com o afastamento da presidente Dilma e que contaria com a urdidura de setores partidarizados do legislativo e do judiciário.

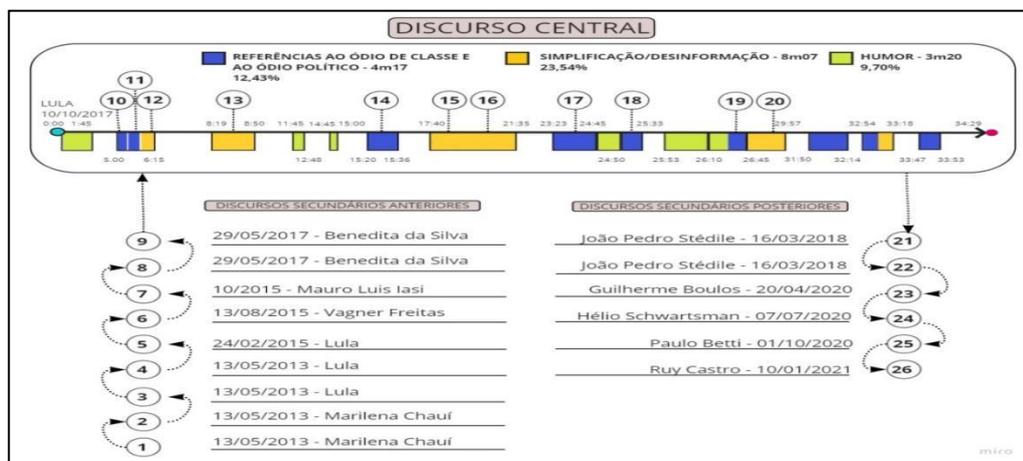
Como reação à perspectiva de enfraquecimento político por conta dos escândalos sucessivos de corrupção, o PT criou eventos em todo o Brasil, como o seminário *Educação pública, desenvolvimento e soberania nacional*, promovido pelas bancadas do PT na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em parceria com a

Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do Partido dos Trabalhadores e com a Fundação Perseu Abramo. A fala de Lula [DC] se deu no encerramento do evento, em um *Ato Suprapartidário em Defesa das Universidades Públicas, Institutos Federais e da Ciência e Tecnologia*, com a participação de lideranças partidárias, parlamentares, entidades representativas do campo educacional, MSs, reitores, gestores, estudantes, além de personagens políticos conhecidos, como o ex-ministro da educação Fernando Haddad e da senadora Gleisi Hoffmann.

4.1.2 Na teia dos discursos: estímulos e influência sobre grupos e sujeitos liderados

Nesta análise, buscou-se evidenciar, a partir do DC, representações, relações com os DSs e influência sobre grupos e sujeitos liderados. A Figura 2, tomada como *escala discursiva simples*, ilustra a ordem em que os discursos se apresentaram e as conexões que estabeleceram, por meio de fragmentos de fala.

Figura 2: Escala discursiva simples e as conexões com outros discursos



Fonte: Elaboração dos autores (2021).

A figura demonstra fragmentos de DSs anteriores e posteriores, associados ao DC, e à distribuição das categorias ao longo do tempo de fala, suas durações e o total de tempo que ocupa no momento discursivo. As categorias *ódio de classe* e *ódio político*, somadas à simplificação/desinformação, totalizam doze minutos e vinte e quatro segundos ou, aproximadamente, 36% do tempo total de fala. O modelo adotado ainda

favoreceu o relacionamento de textos e discursos, fazendo conexões que possibilitaram analisar as categorias elencadas.

No que diz respeito à análise interacional, as características da linguagem empregada na elaboração de uma representação sobre classes sociais e a interdiscursividade foram privilegiadas. Por conta da fala improvisada, elementos das narrativas do ex-presidente Lula se apresentam em um misto de espirituosidade, jocosidade e simbologias populares.

Lula inicia o discurso recorrendo à personificação de uma elite, que revela supostos pensamentos depreciativos sobre seu governo e sobre o povo humilde. Assim, passa a elaborar uma representação de uma sociedade democrática, porém desigual. Constrói sua fala sobre a importância da educação para a soberania do Brasil, fazendo a divisão entre dois polos historicamente antagônicos e inconciliáveis, em que um, a elite, não deseja a ascensão do outro, o povo, à educação. Falando sobre a importância da educação para a soberania de um país, afirma que “[...] não foi essa ideia que permeou a cabeça da elite brasileira [...] desde que eles vieram de Portugal” [10]. Na sequência, por metáfora, apresenta seu entendimento para o desejo desta elite que, por uma dissociação temporal, pareceu chegar até o seu governo: “educação é coisa pra gente fina, é coisa para as pessoas que moram na Casa Grande. Os das Senzalas têm que aprender a trabalhar, a comer mal e a viver mal” [11].

As anáforas também são constantes nas referências históricas que apresentam as conquistas que o governo do PT obteve ao chegar à presidência, como abertura de universidades em várias cidades de São Paulo e do Nordeste: “[...] quando nós assumimos a presidência, São Bernardo não tinha Universidade Federal, Santo André não tinha, Diadema não tinha, Sorocaba não tinha, Osasco não tinha, Guarulhos não tinha, e Santos não tinha [...]” [12]. Esta exibição é usada para confirmar a ideia de que foi preciso um operário chegar à presidência para mudar a realidade educacional do Brasil, permanecida em atraso intencional pelo desejo da elite dominante. Por meio de citações, metáforas e anáforas, Lula marca fortemente o pensamento dos seus seguidores com a representação de uma inafastável segmentação social, injusta e retrógrada.

Destacaram-se algumas falácias presentes: “A turma dos golpistas que estão aí, estão felizes da vida dizendo que tem vindo muito investimento estrangeiro no Brasil. É mentira!” [13]. Ou, em uma referência ao programa Ciência Sem Fronteiras: “Quando a elite brasileira vai ficar quatro ano com bolsa de estudo na *Sorbonne*, é investimento. Quando a Dilma cria o Ciência Sem Fronteira, para mandar filho de pobre ir pro estrangeiro, é gasto” [sic] [14].

Esta forma de comunicação parece mascarar um debate mais profundo sobre orçamento público que envolve variáveis para além da vontade ou capricho de governantes. Por exemplo, o Governo Dilma foi interrompido em meio a uma grave crise orçamentária, devido à implantação de sua Matriz Econômica de Governo, que provocou a fuga em massa de investidores estrangeiros e o aumento do desemprego. Seu sucessor, Michel Temer, iniciou uma série de mudanças que tinha por objetivo realinhar a economia e recuperar a confiança de investidores. Iniciativas, inclusive, que já foram defendidas por Lula em outras datas. Entretanto, não houve redução de investimentos na educação superior, conforme demonstram os Indicadores Financeiros Educacionais do INEP, que sustentassem a fala do ex-presidente.

Por meio de um *falso dilema* (Almossawi, 2020), Lula passa a imagem de *irredutível*, frente aos desejos do mercado, como na passagem em que usa o evocativo: “[...] eu vou dizer uma coisa meu filho: se o Bolsonaro agradou o mercado, nós do PT temos que desagradar ao mercado. Porque nós não combinamos, nós não combinamos” [15].

Outras afirmações categóricas de Lula precisam ser confrontadas. Uma delas é a de que “[...] eles sabem que a economia brasileira não vai mais ficar subordinada ao rentismo de setores médios da propriedade brasileira, para a economia brasileira vai ter que ser baseada na produção” [16]. O próprio Lula faz o contraditório ao afirmar, no mesmo ato: “[...] nunca os bancos lucraram tanto como em meu governo[...]”. De fato, os bancos lucraram 279,9 bilhões de reais durante o período do governo Lula, em comparação a 34,4 bilhões de reais no mandato de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

Essa contradição existente entre o projeto de governo do PT e a verdadeira relação com o capital já fora denunciada dentro de suas próprias bases eleitorais, por dissidentes de organizações do campo e da cidade, conforme registrada na *Carta dos 51* (2011). Esta que aponta para sucumbência do Governo às expectativas do mercado, em detrimento de compromissos assumidos anteriormente. A *Carta dos 51* diz:

A CUT e o PT surgem nesse período, questionando o capitalismo e colocando o socialismo no horizonte. Dentro da mesma estratégia, surge, logo depois o MST, lutando contra a concentração de terras, pela Reforma Agrária e o Socialismo. [...] Com a expansão e o fortalecimento do agronegócio, evidenciaram-se os vínculos dos governos do PT com os setores estratégicos da classe dominante. Alguns elementos confirmam esta análise: a desigualdade de investimentos entre agronegócio e reforma agrária, a aprovação das sementes transgênicas, a expansão da fronteira agrícola e, com isso, a legalização da grilagem nas terras de até 1500 hectares, a permanência dos atuais índices de produtividade e as recentes alterações no novo código florestal (*Carta dos 51*, 2011).

A dissidência do MST ilustrada na *Carta dos 51* denuncia as contradições nas palavras do ex-presidente. No manifesto, percebe-se o desencantamento e uma forte reação à atuação de um governo que mais se alinhou ao neoliberalismo que ao socialismo prometido.

Na sequência, o ex-presidente fala da necessidade de uma mobilização em defesa da educação, e reafirma a tese de que há um movimento conservador inimigo da educação e, portanto, do povo. Novamente, recorre ao termo *elites*, figurada como onipresente e real, por meio de citações imaginárias. Por exemplo, ao se dirigir à Macaé, ex-secretária de Educação do Governo de Minas Gerais, Lula faz a pergunta: “[...] você acha que eles se contentam em ter uma negona como você, como Secretária da Educação, num estado como Minas Gerais?” [17]. E, em seguida, responde à própria indagação: “[...] eles ficam olhando pra você e falam assim: seria uma baita de uma empregada doméstica!” [17]. Desse modo, Lula mobiliza uma quantidade de elementos simbólicos subjetivos ao evocar questões relacionadas ao racismo, rancorismo e indignação, em um anacronismo descontextualizado. Lula arremata a passagem com uma garantia: “e pode ter certeza que é isso que eles pensam” [17]. Estabeleceu-se aqui um paralelo inconciliável às palavras de Freire (2001, p. 9):

[...] as lideranças progressistas que se deixam tentar pelas táticas emocionais e místicas por lhes parecerem mais adequadas às condições histórico-sociais do contexto, terminam por reforçar o atraso ou a imersão em que se acham as classes populares, devido aos níveis de exploração e submissão a que se acham tradicionalmente submetidas pela realidade favorável às classes dominantes (Freire, 2001, p. 9).

A análise feita aqui não nega a existência de manifestações tênues ou radicais de indivíduos ou grupos racistas em nossa sociedade, mas, somente, aponta para a estimulação intencional de uma desconfiança geral entre humanos na contemporaneidade. A influência se estabelece com ampliação de escala, pelo uso de simbologias recorrentes e abstratas, muito potentes por evocarem um momento da história humana marcada pela extrema desigualdade, preconceito e sofrimento. Trata-se de uma classificação que equipara o *homem* branco e rico de hoje a um desprovido de humanidade e odiento de outrora, desde que não alinhado a uma determinada ideologia de esquerda.

Estas simbologias passam a serem incorporadas e repetidas nos canais que constituem a rede de propagação, as lideranças e liderados presentes, com potencial para compor, com naturalidade, o universo psíquico daqueles que seguem e apoiam o orador. Na proporção que se distancia do centro emissor [Lula], no tempo e no espaço, as mensagens se propagam no ambiente social e substitui a ignorância ou a dúvida pela certeza de que há um inimigo desumano, ressentido dos negros e dos pobres, pronto para retroceder ao passado sombrio da escravocracia. As mensagens indutoras serão protegidas e confirmadas por essa poderosa rede de instituições [partidos políticos, sindicatos, associações etc.] e pessoas [artistas, intelectuais, jornalistas], presentes e ausentes. Se o conflito social é um problema humano, essa prática se constitui um obstáculo para a sua resolução. Mais do que isso, ela o alimenta.

O emprego da ironia não é raro. Esta digressão no discurso político parece ter a intenção de encurtar a cognição do receptor da mensagem, como que *encantando* e distraíndo a audiência pelo humor irônico, utilizado para adornar a informação sobre um dado relevante. Por exemplo, com ironia e humor, Lula fala do pensamento da elite sobre as preferências alimentares dos mais humildes. Por meio de uma falácia discursiva,

agumentum ad populum (Copi, 1978), posiciona-se em identificação absoluta com o povo, e garante: “[...] eles acham que a gente só gosta de pé de frango e pescoço, quando não pensam que a gente deveria comer as pena” [sic] [18]; ou usa alegoria para falar de uma fictícia personagem desta elite, que estaria em um avião: “Antigamente, sentava uma madame sozinha, sabe? no banco. E ainda colocava a perna pro outro lado, sabe? Quando não cochilava. E tava maravilhoso”. A audiência ecoa estes momentos da fala com risos e palmas, invariavelmente, revelando a perfeita concordância e assimilação da mensagem.

Em discursos públicos, Lula costuma dizer que os conspiradores estão “encalacrados”, pois não conseguem sair da “rede de mentiras” que criaram. Em nosso texto de análise, a fala está posicionada ao final do ato, e resulta no momento de maior mobilização da plateia, com a afirmação: “[...] eu não quero nem que o Moro me absolva. Eu só quero que ele peça desculpas. Só quero que me peça desculpas!” [19]. Na sequência, Lula é ovacionado pelos presentes com a aclamação: “Lula, ladrão, roubou meu coração!”.

Outra passagem é apresentada de forma simplificada e distorcida. Na afirmação para revelar o entendimento de que “eles” conspiravam para tirá-lo da disputa eleitoral de 2018, Lula afirma o seguinte: “[...] obviamente que eles podem. Obviamente que eles podem. Junta meia dúzia de juiz, vota e não me deixam ser candidato. Acabou!” [20]. De fato, Lula não pôde disputar, tendo sido preso em abril de 2018, condenado, pelo caso do Triplex, a 9 anos e 6 meses de prisão em regime fechado, e enquadrado pela Lei Complementar nº. 135, mais conhecida como Lei da Ficha Limpa, sancionada pelo próprio ex-presidente, em 2010. Porém, há nesta passagem o desejo de reduzir o complexo trâmite judicial, que produziu 7 processos e três condenações por vários crimes, a uma simples decisão conspiratória de alguns desafetos do judiciário. A contradição veio se revelar em 2021, com a anulação das sentenças, pelo Supremo Tribunal Federal, por *erro processual*, possibilitando que ele se tornasse elegível na disputa eleitoral de 2022, da qual saiu vitorioso.

4.1.3 Capilaridade de influência entre o discurso central e os discursos secundários

Para demonstrar a capilaridade e influência de líderes de partidos políticos progressistas e outros militantes nos MSs, foi feita a análise que parte de uma recontextualização dos DSs, relacionados ao DC. Inicialmente, toma-se como referência o evento do lançamento do livro *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*, no dia 13 de maio de 2013, em São Paulo, que contou com a presença de Lula, Emir Sader, Márcio Pochmann, Marilena Chauí, entre outros intelectuais, professores e estudantes.

Na ocasião, Marilena Chauí e Lula fizeram referências explícitas ao ódio entre classes sociais, cada um demonstrando estilos diferentes de empregar a semiótica para representarem o mesmo objeto. A seu modo e em seu campo (Bourdieu, 2012), a filósofa Marilena Chauí inverte o sentido do *ódio* costumeiramente apresentado pelo ex-presidente, e, a partir do seu domínio de discurso [intelectual], refere-se à classe média de maneira francamente odiosa. “É porque eu odeio a classe média; a classe média é um atraso de vida; a classe média é estupidez; é o que têm de reacionário, conservador, ignorante, petulante, arrogante, terrorista.” [1]. Sob as alvíssaras da plateia de políticos e intelectuais, e risos do ex-presidente, conclui: “[...] é uma abominação política porque fascista; uma abominação ética porque violenta; uma abominação cognitiva porque ignorante” [2].

Lula apresentou, à audiência, uma explicação contemporânea para o surgimento do *ódio de classe*, que decorreu do sucesso de seu governo. Ele disse, interpretando seu costumeiro personagem imaginário da elite: “[...] coitadinho do operário, chegou lá, mas ele não tem culpa, ele não estava preparado” [3]. A encenação de uma elite piedosa aponta para uma discriminação do trabalhador que ele foi um dia, que, por apenas ter sido trabalhador, não teria competência para se tornar um líder influente. Em seguida, conclui, referindo-se a sua gestão à frente do executivo federal: “[...] e agora, quando nós começamos a fazer sucesso, é que inspirou o ódio” [4]. A compaixão teria se transmutado em ódio após a frustração que a elite sentiu, frente ao reconhecimento popular e internacional do seu governo.

Nestes quatro primeiros fragmentos, as simbologias, entonações, autoridades e outros elementos mobilizados nos dois discursos de Lula e de Marilena Chauí, cada um com seu estilo e em seu domínio, complementam-se nas contradições, são recontextualizados e se alimentam, na forma de denúncia de uma animosidade entre segmentos sociais. Isto nos leva a refletir sobre os propósitos. Este ponto conflita com os desejos de Freire (1998, p. 50), postos ao criticar a postura messiânica do revolucionário progressista: “[...] assim como teremos que reinventar o poder, teremos que reinventar a linguagem, a cultura. Neste sentido, a revolução marcharia para uma cultura nacional, agora com a superação dos antagonismos de classe”.

Um outro aspecto inconciliável com a visão freiriana de classe e de homem, está na superficialidade do posicionamento filosófico da filósofa, que resume a sua ira na frase “[...] eu odeio a classe média” [1]. Sem reservas, ela influencia seus admiradores quando elimina, de forma franca e radical, o diálogo como forma de entender os sujeitos, enquanto “[...] seres inacabados e incompletos que, conscientes de seu inacabamento e de sua incompletude, devem dialogar amorosamente para a superação de conflitos, em busca da humanização de todos” (Almeida; Sá, 2020, p. 52).

No sentido do conflito, Lula declararia, em 24 de fevereiro de 2015, durante um *Ato em defesa da Petrobrás* realizado no Rio de Janeiro “[...] nós queremos brigar também. E, sobretudo, quando João Pedro Stédile colocar o exército dele do nosso lado. Um abraço gente!” [5]. Estava presente na reunião, Vagner Freitas, presidente da CUT, que faria, em 13 de agosto do mesmo ano, uma referência análoga. Em defesa do mandato da presidente Dilma Rousseff, o sindicalista pediu aos MSs que fossem “[...] para as ruas, entrincheirados, de armas na mão, se deitar [na rua] e lutar, se tentarem tirar a presidente” [6].

Em outubro do mesmo ano, no 2º Congresso Nacional da CSP – CONLUTAS, o político e professor universitário Mauro Luis Iasi, sociólogo e filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), parafraseou Bertold Brecht ao se referir ao relacionamento possível com os conservadores que se dizem bons. O educador também defendeu a violência extrema no lugar do diálogo democrático. Suas palavras foram:

[...] você diz que tem amigos, mas você tem amigos entre as pessoas que são boas ou entre os adversários? Você diz que não pode ser comprado, mas um rio que arrasa tudo numa inundação ou um raio que fulmina uma casa também não pode ser comprado. Nós sabemos que você é nosso inimigo, mas, considerando que você, como afirma, é uma boa pessoa, nós estamos dispostos a oferecer a você o seguinte: um bom paredão, onde vamos colocá-lo na frente de uma boa espingarda, com uma boa bala e vamos oferecer, depois de uma boa pá, uma boa cova. Com a direita e o conservadorismo, nenhum diálogo, luta (Iasi, 2015) [7].

Sobre o sentido beligerante para compartilhamento da esfera pública, podemos conectar estas passagens ao discurso de Benedita da Silva, proferido durante o evento *Estado de Direito ou Estado de Exceção*, promovido pelo PT no Senado e na Câmara, Fundação Perseu Abramo e Frente Brasil de Juristas pela Democracia, no dia 29 de maio de 2017. A deputada do PT pelo Rio de Janeiro, falando de suas lembranças do Movimento Nacional de Favelas, representou a desigualdade social dizendo: “[...] as nossas fezes não podiam se misturar às fezes do asfalto” [8]. Termina a sua fala com uma ameaça ao movimento que afastou a presidente Dilma Rousseff: “[...] e ele [o golpe] não pode esperar grandes elaborações, grandes formulações. Quem sabe faz a hora e faz a luta. E na minha Bíblia está escrito que sem derramamento de sangue não haverá redenção” [9].

Na análise dos DSs que sucederam o DC, algumas manifestações complementam a ideia de uma orquestração conspiratória para a manutenção da opressão de uma elite sobre o povo pobre, e que deseja o fim de seus representantes. No DC, Lula repete a ideia de que a Operação Lava-Jato está alicerçada em um plano contrário à sua candidatura, que envolve setores da economia, da política, da imprensa e dos Estados Unidos, em articulação conjunta. Esta narrativa também está presente nas manifestações de João Pedro Stédile, para quem: “[...] as ilações que os Estados Unidos fizeram, seja através da Globo, seja através de prepostos que eles têm aqui no país. Então, falam em querer prender o Lula. Não é prender Lula, é prender o povo brasileiro. É prender a democracia” [21]. Mais adiante, o direcionamento da suposta manobra é revelado mais claramente: “[...] porque, evidentemente que querem impedir a candidatura do Lula é excluir, no mínimo, a metade da população brasileira. Sobretudo

os trabalhadores dos mais pobres, que são os que sustentam a viabilidade do governo Lula” [22].

Assim, temos recontextualizações e intertextualidades até e, provavelmente, após os nossos dias. Há inúmeras demonstrações para o fenômeno da reverberação do *ódio de classes*, que está nos atos de comunicação de influentes lideranças atuais, como no *tweet* de Guilherme Boulos: “[...] um lembrete para Bolsonaro: a dinastia de Luiz IV terminou na guilhotina...” [23], ou na referência ao atentado contra o então candidato à presidência da república feita pelo ator Paulo Betti, por meio de uma *live*: “[...] é..., isso aí não estava previsto. Ninguém tinha previsto que ia aparecer um maluco e golpear a camisa amarela, onde estava escrito: Brasil acima de tudo”. Conclui com uma lamentação: “[...] cravar uma faca de uma maneira mais ou menos correta, mas não total” [25]. Aqui, a referência de ódio ao então presidente do Brasil não é apenas um ataque pessoal, mas sim a toda uma legião de apoiadores, segmentados ideologicamente, e rotulados como *bolsominions*, *fascistas* ou *gado*.

O professor e filósofo Fernando Schüller, em matéria publicada em 06 de fevereiro de 2020, no jornal *A Folha de São Paulo*, chamou de *ódio do bem* as manifestações que justificam e naturalizam a violência em nome de uma causa social nobre. Para Schüller (2020): “[...] fascinante é esse fenômeno do *ódio do bem*. Significa o seguinte: eu cuspo no outro, chamo de fascista, digo que ele destrói a democracia, a civilização, que nem sequer devia existir. Mas excluo meu ódio do conceito de intolerância. E durmo tranquilo”. O Brasil parece ter incorporado esse conceito em seus embates políticos.

No escopo deste trabalho, podemos apresentar dois outros exemplos de *ódio do bem* ao presidente da república, que partiram de jornalistas políticos e que muito reverberaram nas redes sociais. O primeiro, foi a matéria que o colunista Hélio Schwartsman publicou na *Folha de São Paulo*, em 07 de julho de 2020, intitulada “Por que eu torço para que Bolsonaro morra”. Schwartsman informou sobre o estado de saúde do presidente, após contrair a COVID-19, em 7 de julho de 2020: “Jair Bolsonaro está com Covid-19: torço para que o quadro se agrave e ele morra. Nada pessoal” [24]. O segundo ocorreu em 10 de janeiro de 2021: o jornalista Ruy Castro publicou, no mesmo

veículo, a sugestão: “[...] saída para Trump: matar-se. E, como Bolsonaro copia tudo que ele diz e faz, poderia segui-lo também nesse gesto”. O colunista segue revelando detalhes do seu desejo: “[...] mas o tiro precisa ser no coração, não na cabeça. Este só faz lambança, com sangue, miolos e cacos de ossos por todos os lados. Já o tiro no peito é *clean*” [26]. A matéria comenta as consequências danosas à democracia, por ocasião da invasão do Capitólio dos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021.

Com o passar do tempo, percebemos que o apelo à violência vem adquirindo amplitude e naturalização na mídia e nas redes sociais, com consequências imprevisíveis. Sem diminuir a relevância dos argumentos que sustentaram as ações, queremos destacar o potencial de mobilização no campo em que se inserem e os seus riscos para ordem social e para democracia. Isto porque as lideranças influenciam uma legião de simpatizantes, reforçam-se e complementam-se, de modo a conformam o pensamento social de grupos a um posicionamento irremediavelmente contencioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira análise destacou o ambiente político do período de 2015 a 2021, como de grande relevância para ACD, os sujeitos políticos e sua relação com os significados da linguagem, da ordem social e das práticas. Os resultados apontaram para códigos específicos no discurso central que se espalharam em toda a rede de militância como estímulos e influência sobre grupos e sujeitos liderados. Outro aspecto evidenciado foi a semiose em si, presente no *corpus*, com os outros elementos da prática discursiva, numa ancoragem com elementos de exclusão social, como o racismo, o preconceito contra pobres, o ressentimento e o ódio.

Entende-se que há, entre outros fundamentos para as manifestações analisadas: uma busca por reforçar o sentimento de opressão e controle por parte dos adversários políticos, pela ideia de conspiração política, orquestrada para remoção de Lula das eleições de 2018; a infiltração dos Estados Unidos nas instituições nacionais e o complô do judiciário para prender aquele que teria sido o melhor presidente que o Brasil já teve, segundo o jargão petista. Assim, de um domínio de discurso político para o outro, de um gênero para o outro, há uma preservação das intencionalidades de controle embutida

na linguagem, de forma a se provocar uma reação às mudanças sociais e políticas que afetam a ideologia afastada do poder.

Na segunda análise, pela intertextualidade e interdiscursividade, as recorrências emergiram no discurso central com os discursos secundários, e demonstraram a influência de líderes, que tendem a se constituírem em referências para lideranças locais, e estas para seus liderados, em sequência. Este modo de propagação do estímulo comunicacional, por meio de emissores e retransmissores conectados, caracteriza uma forte rede capaz de moldar o pensamento social.

Muitos outros aspectos poderiam ser analisados com vistas a demonstrar de que forma percebemos este movimento de influência no pensamento e ações de grupos populares. Entretanto, acredita-se que, nos limites deste estudo, tenha sido possível ressaltar alguns dos mais significativos aspectos semióticos da fala do maior representante da esquerda brasileira, Lula, bem como a ressonância provocada por outros líderes e influenciadores. Para além do recorte aqui utilizado, é possível a utilização dos procedimentos apresentados nesta ACD em outros vieses ideológicos, partidários ou não, mas que carregam a intencionalidade da influência e manipulação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Verônica Domingues. SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de. A pedagogia freireana: amor e ódio na curva de um tempo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Ano 25, n. 45, mai./ago. 2020.

ALMEIDA, Frederico de. **Do ódio social ao ódio político**. GGN, 2015. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidadania/o-odio-generalizado-do-social-ao-politico/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

ALMOSSAWI, Ali. **Um Livro Ilustrado de Mau Argumentos**. Tradução de Diogo Lindner. Disponível em: [HTTPS://bookofbadarguments.com/pt-br/](https://bookofbadarguments.com/pt-br/) acesso em 10 dez 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARTA DOS 51. **“Carta de saída das nossas organizações [MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina] e do projeto estratégico defendido por elas”**. 2011. Disponível em: <https://passapalavra.info/2011/11/48866/> Acesso em: 21 dez. 2020.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

COPI, Irving M. **Introdução à Lógica**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>. Acesso em: 5 dez. 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. New York: Routledge, 2003. Fleury, Sônia. Socialismo e democracia: o lugar do sujeito. In Sônia Fleury & L. V. C. Lobato (Orgs.). Participação, democracia e saúde. (pp. 24-26). Rio de Janeiro: CEBES, Coleção Pensar em Saúde, 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5ª edição. ed. Cortêz Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta**. 3ª edição. ed. Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

GALEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. Esther Solano Galego (Org.). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia**. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LARocca, Priscila; ROSSO, Ademir José; SOUZA, Audrey Pietrobelli. A formulação dos objetivos de pesquisa na pós-graduação em Educação: uma discussão necessária. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 118-133, mar. 2005.

MONTERO, Maritza. **No interstício das disciplinas**: a psicologia política. Ed. Prismas. 1ª Edição. 2015., p.55.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF 1961.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das Minorias Ativas**. Editora Vozes, Petrópolis 2010.

ROUQUETTE, Michel-Louis. **La communication sociale**. Paris, 1996.

STALEN, Cornelis Johannesvan e SILVEIRA, Aparecida Rosângela. Sujeito e política no debate contemporâneo. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 939-951, dez. 2017.

SOARES, Vieira; PICOLLI, Icaro Roberto Azevedo; CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Bibliométrica, Artigo de Revisão e Ensaio Teórico em Administração e Contabilidade. Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

SHÜLER, Fernando. Ódio do Bem. Matéria do jornal **A Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-schuler/2020/02/odio-do-bem.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha> Acesso em: 20 de abr. 2021.

VAN DIJK, Teun. El análisis crítico del discurso. **Anthropos**, n. 186, 1999. 23-36.

VIANA, Nildo. **Os Movimentos Sociais**. Curitiba. Ed. Prismas. 2016.

HISTÓRICO

Submetido: 15 de ago. de 2023.

Aprovado: 14 de dez. de 2023.

Publicado: 15 de Jan. de 2024.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

SIQUEIRA, N. R.; BOMFIM, N. R. Movimentos sociais e educação popular: Uma análise crítica dos discursos de líderes políticos na web: Uma análise crítica dos discursos de líderes políticos na web. *Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES*, v. 28, n.56, 2024, eISSN: 2526-8449.